



A Face Multidisciplinar das Ciências Agrárias 4

Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos
Hosana Aguiar Freitas de Andrade
Nítalo André Farias Machado
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2019



A Face Multidisciplinar das Ciências Agrárias 4

Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos
Hosana Aguiar Freitas de Andrade
Nítalo André Farias Machado
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F138	A face multidisciplinar das ciências agrárias 4 [recurso eletrônico] / Organizadores Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos, Hosana Aguiar Freitas de Andrade, Nítalo André Farias Machado. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Face Multidisciplinar das Ciências Agrárias; v. 4) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-888-5 DOI 10.22533/at.ed.885192312 1. Agricultura. 2. Ciências ambientais. 3. Pesquisa agrária – Brasil. I. Silva-Matos, Raissa Rachel Salustriano da. II. Andrade, Hosana Aguiar Freitas de. III. Machado, Nítalo André. IV. Série. CDD 630
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nos primórdios do desenvolvimento da agricultura, os recursos naturais disponíveis propiciaram o surgimento das atividades agropecuárias, e desta forma, a necessidade de atuação dos profissionais de ciências agrárias tornou-se consolidada. Durante séculos, novos conhecimentos foram adquiridos, fundamentados teoricamente sobre as práticas agrícolas, conduzindo ao aperfeiçoamento do processo produtivo de acordo com a evolução da sociedade.

Diante do atual cenário, a obra “A Face Multidisciplinar das Ciências Agrárias” em seus volumes 3 e 4 engloba respectivamente 24 e 27 capítulos capazes de possibilitar ao leitor a experiência de ampliar o conhecimento sobre a economia e sociologia no campo, conservação pós-colheita, tecnologia de alimentos, produção vegetal, qualidade de produtos agropecuários, metodologias de ensino e extensão nas escolas, epidemiologia e cadeia produtiva da produção animal.

Em virtude da pluralidade existente desta grande área, os trabalhos apresentados abordam temas de expressiva importância as questões sociais e econômicas do Brasil. E, portanto, evidenciamos profunda gratidão pelo empenho dos autores, que em conjunto, contribuíram para o desenvolvimento e formação deste e-book.

Espera-se, agregar ao leitor, conhecimentos sobre a multidisciplinaridade das ciências agrárias, de modo a atender as crescentes demandas por alimentos primários e transformados, preservando o meio ambiente para às gerações futuras.

Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos
Hosana Aguiar Freitas de Andrade
Nítalo André Farias Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DESTINAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO NO ÂMBITO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA – ES NO PERÍODO DE 2013 A 2017	
César Albenes de Mendonça Cruz Denise Ferreira Pinto Paterlini Eliaidina Wagna Oliveira da Silva Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva Marcelo Plotegher Campinhos Maria José Coelho dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8851923121	
CAPÍTULO 2	16
APLICAÇÃO DA MATRIZ SWOT PARA IDENTIFICAR FRAQUEZAS INTERNAS POTENCIAIS DE UMA LOJA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ	
Emanuela Bento de Lima Rildson Melo Fontenele Antonio Geovane de Moraes Andrade José Willamy Ribeiro Marques Cláudio Mateus Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8851923122	
CAPÍTULO 3	20
APLICAÇÃO DE ADJUVANTES E ULTRASSOM NA EXTRAÇÃO DO AZEITE DE OLIVA	
Diegho Andrade Paz Cássio Delgado Salim Raphael Veloso Gusmão Silva Candice Soares Dias Marcilio Machado Moraes Valéria Terra Crexi	
DOI 10.22533/at.ed.8851923123	
CAPÍTULO 4	31
APLICAÇÃO DE BAGAÇO DE MAÇÃ NA PRODUÇÃO DE BISCOITOS TIPO <i>COOKIES</i>	
Beatriz Cervejeira Bolanho Barros Suelen Pereira Ruiz Herrig Otávio Akira Sakai Keila Fernanda Raimundo Luana Mariani Jorge	
DOI 10.22533/at.ed.8851923124	
CAPÍTULO 5	43
AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIBACTERIANA DE COMPOSTOS NATURAIS FRENTE A CEPAS PADRÃO	
Giovana Hashimoto Nakadomari Lucas Valeiras Gaddini Sheila Rezler Wosiacki	
DOI 10.22533/at.ed.8851923125	

CAPÍTULO 6 50

AVALIAÇÃO DE FORMULAÇÕES DE BISCOITOS COM ADIÇÃO DE FARINHA DE RESÍDUOS DE BANANEIRA E FÉCULA DE MANDIOCA UTILIZANDO PLANEJAMENTO FATORIAL

Isabella Fernanda Camargo Queiroz

Kate Mariane Adensuloye

Mariana Manfroi Fuzinato

DOI 10.22533/at.ed.8851923126

CAPÍTULO 7 62

CARACTERIZAÇÃO DE COMPOSTOS BIOATIVOS E ATIVIDADE ANTIOXIDANTE DE AMORAPRETA DA CULTIVAR 'TUPY' PRODUZIDAS NO OESTE DE SANTA CATARINA

Cintia Dos Santos Moser

Adriana Lugaresi

Alison Uberti

Felipe Tecchio Borsoi

Clevison Luiz Giacobbo

Margarete Dulce Bagatini

DOI 10.22533/at.ed.8851923127

CAPÍTULO 8 67

CARACTERIZAÇÃO FITOQUÍMICA DOS EXTRATOS BRUTO E AQUOSO DA POLPA E DA CASCA DE PITAYA VERMELHA (*HYLOCEREUS POLYRHIZUS*)

Sandra Machado Lira

Lia Corrêa Coelho

Chayane Gomes Marques

Marcelo Oliveira Holanda

Juliana Barbosa Dantas

Ana Carolina Viana de Lima

Glauber Batista Moreira Santos

Gisele Silvestre da Silva

Fernando Antônio Pinto de Abreu

Ana Paula Dionísio

Guilherme Julião Zocolo

Maria Izabel Florindo Guedes

DOI 10.22533/at.ed.8851923128

CAPÍTULO 9 79

CINÉTICA DA SECAGEM DE AQUÊNIOS DE GIRASSOL

Gustavo Soares Wenneck

Reni Saath

Larissa Leite de Araújo

Camila de Souza Volpato

Danilo Cesar Santi

DOI 10.22533/at.ed.8851923129

CAPÍTULO 10 91

UTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS DE PANIFICAÇÃO NO PROCESSAMENTO DE RAÇÃO ANIMAL PELETIZADA

Lúcia de Fátima Araújo

Emerson Moreira Aguiar

Robson Rogério Pessoa Coelho

João Carlos Taveira

Luiz Eduardo Santiago

DOI 10.22533/at.ed.88519231210

CAPÍTULO 11 101

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL NA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ, PARÁ

Ana Clara Rodrigues de Sousa Leite
Josiele Pantoja de Andrade
Diego Coelho Leite
Fagner Freires de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.88519231211

CAPÍTULO 12 116

COMPOSIÇÃO FLORÍSTICA E ESTRUTURAL DE UM FRAGMENTO DE CERRADO *SENSU STRICTO* EM DIANÓPOLIS-TO

Pedro James Almeida Wolney
Luan Bonfim Rosa Teixeira
Tamara Thalia Prolo
Virgílio Lourenço da Silva Neto
Maria Adriana Santos Carvalho
Elismar Dias Batista
Rômulo Quirino de Souza Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.88519231212

CAPÍTULO 13 126

DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PRÓL DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM TANGARÁ DA SERRA – MT

Regina Maria da Costa
Aparecida de Fátima Alves Lima

DOI 10.22533/at.ed.88519231213

CAPÍTULO 14 139

EL MODELO DE PRODUCCIÓN-DISTRIBUCIÓN-CONSUMO (P-D-C) AGROECOLÓGICO EN EL TERRITORIO

Mónica de Nicola
Maria Elena Díaz Aradas
Adhemar Pascualle
Teresa Questa

DOI 10.22533/at.ed.88519231214

CAPÍTULO 15 154

EN BÚSQUEDA DE UNA ORGANIZACIÓN PRODUCTIVA PARA LOS ARTESANOS DEL BUTIÁ DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR (RS), BRASIL

Laura Bibiana Boada Bilhalva
Cristiano Ruiz Engelke

DOI 10.22533/at.ed.88519231215

CAPÍTULO 16 160

ESTIMATIVA DO FILOCRONO E SOMA TÉRMICA DO TRIGO DUPLO PROPÓSITO EM SÃO VICENTE DO SUL

Fernando Saraiva Silveira Júnior
Ivan Carlos Maldaner
Victor Paulo Kloeckner Pires
Marcos Antonio Turchiello
Camila Lima Leocadio
Fabrício Penteadado Carvalho
Willian Luis Castro Vicente

Murilo Brum de Moura
Henrique Shaf Eggers
DOI 10.22533/at.ed.88519231216

CAPÍTULO 17 168

ESTUDO DA CINÉTICA DE ADSORÇÃO DO CORANTE AZUL REATIVO 5G EM CASCA DE SOJA

Gabriela Souza Alves
Claudinéia Queli Geraldi
Rubén Francisco Gauto

DOI 10.22533/at.ed.88519231217

CAPÍTULO 18 175

INFLUÊNCIA DA EMBALAGEM E AMBIENTE NA CONSERVAÇÃO PÓS-COLHEITA DE FRUTOS DE RAMBUTAN (*Nephelium lappaceum* L.)

Brenda Karina Rodrigues da Silva
Artur Vinícius Ferreira dos Santos
Antonia Benedita da Silva Bronze
Sinara de Nazaré Santana Brito
Harleson Sidney Almeida Monteiro
Thayane Ferreira Miranda
Danilo da Luz Melo
Wenderson Nonato Ferreira da Conceição
Meirevalda do Socorro Ferreira Redig
João Almiro Corrêa Soares

DOI 10.22533/at.ed.88519231218

CAPÍTULO 19 186

LA AGRICULTURA FAMILIAR Y SU RELACIÓN CON LOS SISTEMAS EXPERTOS. UNA MIRADA DESDE LA EXTENSIÓN

María Sergia Villaberde
Leandro Sabanes
Amparo Heguiabehere
María Andrea Porporato
Érica Funes

DOI 10.22533/at.ed.88519231219

CAPÍTULO 20 198

LAS POLÍTICAS FORESTALES ARGENTINAS EN LA CONSTITUCIÓN DEL DELTA INFERIOR BONAERENSE COMO REGIÓN FORESTAL

Carlos Javier Moreira

DOI 10.22533/at.ed.88519231220

CAPÍTULO 21 217

MODELOS DE ÁRVORE INDIVIDUAL NA ESTIMATIVA DO CRESCIMENTO E PRODUÇÃO FLORESTAL

Lorena Oliveira Barbosa
Verônica Satomi Kazama
Anny Francielly Ataíde Gonçalves
Luciano Cavalcante de Jesus França
José Roberto Soares Scolforo

DOI 10.22533/at.ed.88519231221

CAPÍTULO 22 230

O RURAL ENVOLVENDO DIMENSÕES ECONÔMICAS E NÃO ECONÔMICAS: PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DEPENDENTES DAS DINÂMICAS DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

Cláudio Machado Maia
Mario Riedl
Cláudia Susana Marques Antunes
Ana Laura Vianna Villela
Rosa Salete Alba

DOI 10.22533/at.ed.88519231222

CAPÍTULO 23 244

PERCEPÇÃO DISCENTE DAS METODOLOGIAS DE ENSINO E MONITORIA NA DISCIPLINA DE SUINOCULTURA DO CURSO DE VETERINÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Lina Raquel Santos Araújo
Deborah Marrocos Sampaio Vasconcelos
Ênio Campos da Silva
Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos
Victor Hugo Vieira Rodrigues
Everton Nogueira Silva
José Nailton Bezerra Evangelista

DOI 10.22533/at.ed.88519231223

CAPÍTULO 24 252

PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE ALIMENTOS EM SANTA MARIA/RS

Valéria Pinheiro Braccini
Luis Fernando Vilani de Pellegrini
Janaina Balk Brandão

DOI 10.22533/at.ed.88519231224

CAPÍTULO 25 263

PRODUÇÃO DE FERMENTADO ALCOÓLICO A PARTIR DA POLPA DE BURITI (*Mauritia flexuosa* L. f.)

Marco Antônio de Alcântara Rocha
Wenderson Gomes dos Santos
Douglas Alberto Rocha de Castro

DOI 10.22533/at.ed.88519231225

CAPÍTULO 26 276

SABERES AMBIENTAIS E AGRICULTURA ORGÂNICA: EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS EM UMA FEIRA AGROECOLÓGICA NA REGIÃO AMAZÔNICA

Mailson Lima Nazaré
Raimundo Paulo Monteiro Cordeiro
Luan Sidônio Gomes
Antonio Sérgio Silva de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.88519231226

CAPÍTULO 27 284

ULTRASOUND EXTRACTION AND FATTY ACID PROFILE OF GRAPE SEED OIL

Rosana Oliveira Ehlers
Helena Brito Machado (in memmoriám)
Jênifer Inês Engelmann
Marcilio Machado Morais
Valéria Terra Crexi

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	296
ÍNDICE REMISSIVO	297

A DESTINAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO NO ÂMBITO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA – ES NO PERÍODO DE 2013 A 2017

Data de aceite: 11/12/2018

César Albenes de Mendonça Cruz
Denise Ferreira Pinto Paterlini
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva
Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva
Marcelo Plotegher Campinhos
Maria José Coelho dos Santos

RESUMO: Este estudo demonstra a análise dos recursos destinados às Políticas Públicas no âmbito da agricultura no Município de Anchieta /ES, e controle destes no período 2013/2017. Para a obtenção dos resultados, analisou-se documentação disponibilizada pelos setores de planejamento, contabilidade, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, além de realização de estudo de caso mediante os dados analisados. Observou-se também, existência de propriedades não regularizadas, o que gera dificuldades, por exemplo, de obtenção de inscrição estadual, notas fiscais, documentos essenciais para obtenção de benefícios como acesso a seguridade social, que inviabiliza o fortalecimento e restrição à busca de novos projetos para a região.

PALAVRAS-CHAVE: Administração Pública. Políticas Públicas. Planejamento Governamental.

ABSTRACT: This study demonstrates the analysis of the resources destined to the Public Policies in the scope of agriculture in the Municipality of Anchieta / ES, and control of these in the period 2013/2017. In order to obtain the results, we analyzed the documentation provided by the planning, accounting, agriculture and supply departments, as well as carrying out a case study using the data analyzed. It was also observed the existence of non-regularized properties, which generates difficulties, for example, obtaining state registration, fiscal notes, essential documents to obtain benefits such as access to social security, which makes it unfeasible to strengthen and restrict the search for new projects for the region.

KEYWORDS: Public Administration. Public policy. Government Planning.

1 | INTRODUÇÃO

Administração Pública é todo aparelhamento do Estado preordenado com o objetivo de realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. Percebe-se que o fim a ser alcançado pela administração pública será sempre satisfazer as necessidades da coletividade, contribuindo assim para a busca do bem-estar social e o

alcance da cidadania (MEIRELLES, 2003).

As políticas ou diretrizes têm por finalidade orientar o comportamento dos indivíduos e grupos a longo prazo, especialmente em situações repetitivas ou permanentes. As políticas são decisões prévias e padronizadas, que delimitam a faixa de ação para o comportamento, dizendo o que se deve fazer em casos particulares (MAXIMIANO, 2000, p. 191).

As políticas públicas no município de Anchieta/ES, voltadas a agricultura são inúmeras, lançadas desde 1997 com diversos programas, são eles: o PROMATERA, PROMAEPa, Parcerias, Terra boa, Feira livre da Agricultura Familiar, Vale Feira, Serviço de Inspeção, PNAE, NAC, Agroturismo/Agroindústria, Crédito, Cooperar rural, Ações de gênero e geração, CONDERES, Território, Participação em eventos, Capacitação, Adequação das propriedades com redução de agrotóxicos e estímulo à produção orgânica e Semana da Agricultura Familiar.

Quanto aos objetivos específicos, pretende-se verificar as características das Políticas Públicas no município de Anchieta/ES na área da agricultura; constatar os recursos orçamentários destinados a essas Políticas no período de 2013 a 2017.

2 | A GESTÃO PÚBLICA E SEUS ATORES

2.1 A Administração Pública

Administração Pública na concepção de Silva (2007, p. 655) é “o conjunto de meios institucionais, financeiros e humanos preordenados à execução das decisões políticas”.

Administração Pública em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade (MEIRELLES, 2011, p.65).

Segundo Meirelles (2003), administrar é gerir interesses, segundo a lei, a moral e a finalidade dos bens entregues à guarda e conservação alheia; a Administração Pública, portanto, é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo preceitos de Direito e da moral, visando o bem comum.

2.2 Gestão Pública

Segundo Costa (2017), o termo Gestão Pública designa o campo de conhecimento e trabalho relacionado às organizações de interesse público ou afete este. Abrange áreas como Recursos Humanos, Finanças Públicas e Políticas

Públicas entre outras.

Gestão pública é bem mais do que gerir a coisa pública, porque existe uma visão equivocada de que é gerenciar um órgão público e se resumiria a administrar num determinado nível. Gestão pública é ter uma metodologia para usar com ferramenta para classificar e desenvolver recursos de gerenciamento, que passam por planejar todo um trabalho, antes mesmo de começar a gerenciar (GARAY, 2015).

2.3 Gestor Público

O gestor público, dentre as suas inúmeras atribuições, é o responsável por assessorar, planejar, tramitar nos processos deliberativos e decisórios, coordenar ações e avaliar programas e políticas públicas em organizações estatais e não estatais, nacionais ou internacionais. Sua atuação é vista em todos os níveis governamentais em que há utilização de recursos empenhados para a produção de bens públicos (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2010).

Denhardt (2012) acredita que “o gestor público precisa estimular as pessoas a cumprirem suas responsabilidades como cidadãos, contribuindo para uma nação coletiva e compartilhada”. Precisa envolver os cidadãos na elaboração de políticas públicas e seus órgãos devem se empenhar para oferecer serviços de qualidade à população.

2.4 Agente Público

Agentes públicos são todas as pessoas físicas incumbidas do exercício de alguma função estatal. Os agentes normalmente desempenham funções do órgão, distribuídas entre os cargos em que são titulares, mas excepcionalmente pode exercer função sem cargo (MEIRELLES, 2006, pág. 75).

Conforme Meirelles (2008, p. 89) ensina: “Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza.

2.5 Políticas Públicas

Segundo a definição de Peters (1986), política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Conforme Schneider (2005, p. 38) as redes de políticas públicas incorporam muitos atores distintos de diferentes sub-setores sociais e políticos no contexto de produção de uma política. Nesse caso as redes podem ser compreendidas

certamente enquanto manifestações macroestruturais de sistemas políticos, nas quais interesses políticos e sociais são integrados no processo de políticas públicas de formas bastante distintas.

2.6 Tipos de Políticas Públicas

De acordo como Secchi (2010), a tipologia de políticas públicas é uma forma de caracterizar as políticas públicas com base em variáveis agrupadas em categorias quantitativas e qualitativas, de forma a comunicar a essência de seu conteúdo e facilitar o exercício de análise da ação de governo.

Conforme Souza (2006) as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão global do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores.

2.7 Planejamento

O planejamento consiste na tomada antecipada de decisões sobre o que fazer antes de a ação ser necessária. Sob o aspecto formal, planejar consiste em simular o futuro desejado e estabelecer os cursos de ação e os objetivos adequados para atingir os objetivos (CHIAVENATO, 2004, p. 142).

O planejamento produz planos, em que se determinam estratégias, diretrizes, táticas ou procedimentos, se forma racional, a fim de que os objetivos sejam alcançados. Planos são linhas mestras pelas quais a organização obtém e aplica os recursos materiais, humanos e outros necessários ao alcance de seus objetivos; o processo administrativo é monitorado e medido, de modo que sejam tomadas medidas corretivas, caso a ação não seja satisfatória (MORAES, 2001, p.13-14).

2.7.1 Planejamento no setor público

No setor público, é uma imposição legal que os orçamentos sempre estejam em conformidade com os planos, assegurando que os meios de realização especialmente os recursos financeiros estejam associados com os objetivos e metas definidos nos planos governamentais. (TCU, 2012, p 11)

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, reafirmando a tradição brasileira de associar planejamento e orçamento, ratificou o quanto definido na lei nº 4320/1964 e no Decreto-lei nº 200/1967, definindo o modelo orçamentário composto por três instrumentos interdependentes, a saber: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), (VIGNOLI, 2014).

2.8 Legislação voltada às políticas públicas na Agricultura no Brasil

Apesar da instituição de vários programas específicos, uma das dificuldades enfrentadas pelas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar era a definição do público-alvo. Assim, para facilitar a operacionalização das políticas públicas voltadas a agricultura, em 2006, foi definido um conceito de agricultura familiar. A definição veio com a Lei nº 11.326/2006 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016), SENDO ESSA O MARCO REGULÁTÓRIO.

2.8.1 Lei Federal Nº 11.326 /2006 - Lei da Agricultura Familiar

O Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017, dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, *in verbis*:

Art. 1º Esta lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

A regulamentação da Lei da Agricultura Familiar, Lei 11.326 de 2006, foi uma das grandes conquistas para esse setor fundamental de nossa economia e nos processos para o desenvolvimento rural e redução das desigualdades sociais em nosso país. (Agrônomo e Deputado Federal do Estado de Minas Gerais, Zé Silva, reeleito nas eleições de 2014).

2.9 Município de Anchieta/ES- Características geográficas e sócio econômicas

Anchieta/ES é uma das mais antigas localidades do Espírito Santo e do Brasil, está localizada no sul do Espírito Santo a cerca de 82 quilômetros da capital Vitória, com uma área territorial de aproximadamente 411, 898 km², o município faz divisa com Guarapari, Alfredo Chaves, Piúma e Iconha, e é composto pelos distritos de Anchieta (sede), Jabaquara e Alto Pongal.

De acordo com dados do último censo realizado em 2010, a população da cidade é de 23.902 pessoas. Observa-se que 18.161 moradores, isto é 75,98% vivem na da área urbana e 5.741 (24,01%) são moradores da área rural.

De acordo com os registros da SEMAA, existem 929 unidades de trabalho entre sítios e pequenas propriedades no meio rural, sendo que 799 predominam a

mão de obra exclusivamente familiar. O Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), ao analisar a população ocupada, informou que a agricultura é responsável por 19% dos postos de trabalho no município.

Em se tratando de políticas públicas voltadas para a agricultura, o município de Anchieta/ES conta com os serviços especializados do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), que atua no âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com o objetivo de melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais.

2.9.1 Secretaria de agricultura Anchieta/ES e suas competências

A Secretaria de Agricultura do Município de Anchieta foi instituída no ano de 2009, através da Lei 568/2009.

A previsão de arrecadação da receita anual é estimada mediante levantamento realizado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo (SEFAZ/ES). Os agentes públicos, baseado nos levantamentos das necessidades local, das demandas verificadas, apresentadas, e solicitadas inserem as propostas no planejamento Municipal para que posteriormente as ações sejam estudadas e viabilizadas a população.

2.9.2 Políticas Públicas voltados a agricultura a nível Municipal - Anchieta/ES

Os gestores do Município de Anchieta, de forma geral, independente do grupo político que estivesse na gestão, sempre apresentaram interesse em buscar investimentos para o meio rural local, em especial para a agricultura familiar. Entre os anos 1996-2000, foi disponibilizado recursos para o município investir em infraestrutura e equipamentos para o campo, bem como crédito diferenciado para os agricultores familiares através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), (STRAP, 2018).

A partir do exercício de 2006, além das políticas públicas existentes no município, novas políticas de apoio ao homem do campo, contemplando compras governamentais, feiras locais, eventos temáticos em outros municípios, dentre outros, afim de promover a valorização e independência do agricultor foram implementadas. As Políticas Públicas municipais voltadas a Agricultura são estruturadas em 3 eixos:

O PRIMEIRO EIXO Programas de Produção, Comercialização, Diversificação e Renda POSSUI OS SEGUINTE PROGRAMAS: PROMATERA (Programa Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural de Anchieta) ; PROMAIEPA (Programa de Municipal de Mecanização Agrícola, Estrada e escoamento da

Produção); Terra Boa; Feira Livre da Agricultura Familiar; Ticket “Vale Feira”; Serviço de Inspeção; Vendas Institucionais - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Agroturismo / Agroindústria; Crédito ; Estimulo ao associativismo e cooperativismo (cooperar rural)

O SEGUNDO EIXO Programa de Organização Social e individual, participação e controle social e promoção social e econômica POSSUI OS SEGUINTE PROGRAMAS: Parcerias; Ações de gênero e geração; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro Sustentável de Anchieta (COMDERS; Território; Capacitação; Núcleo de Atendimento ao Contribuinte (NAC); Semana da Agricultura familiar; Participação em Eventos

O Terceiro EIXO Sustentabilidade Ambiental possui os seguintes PROGRAMAS: Adequação das propriedades e reduzir uso de agrotóxicos.

2.9.3 Regularização dos agricultores no Município de Anchieta

Quanto a regularização das propriedades rurais do Município, a Secretaria de Agricultura, por meio do Núcleo de Atendimento ao Contribuinte (NAC), promove uma reeducação quando a necessidade de regularização das propriedades e os benefícios que esta pode trazer ao produtor Rural, como por exemplo a emissão de Blocos de produtor rural (Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento, em entrevista).

Segundo a SEMAA, a falta de regularização das propriedades inviabiliza que proprietários tenham acesso a importantes políticas e programas como o PRONAF, além de restringir o acesso a Previdência Social, por exemplo.

2.9.4 Controle e transparência nos investimentos às Políticas Públicas no âmbito da agricultura familiar

O controle da transparência da aplicação dos recursos destinados a política pública no âmbito da agricultura no Município de Anchieta/ES é realizada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (COMDERS).

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (COMDERS), criado em 1997 pela Lei nº 205, e reestruturado em 2017, com a finalidade de propor políticas públicas e programas voltadas a agricultura no Município de Anchieta / ES. Tem ainda, como função a regulamentação e a fiscalização dos benefícios aos produtores rurais para que haja o fomento do desenvolvimento da agricultura no município, bem como o acompanhamento da aplicação das políticas públicas desenvolvidas.

3 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso com pesquisa semiestruturada qualitativa onde é possível desenvolver um melhor estudo, elucidando de forma mais completa o objeto de pesquisa a ser estudado. André (2008, p.31) afirma que o estudo de caso deve ser usado quando: há interesse em conhecer uma instância em particular; pretende-se compreender profundamente essa instância particular em sua complexidade e totalidade; busca-se retratar o dinamismo de uma situação numa forma muito próxima do seu acontecimento natural.

Além da revisão da literatura acerca do caso em tela, foi contemplado análises documentais para coleta de dados referente ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes orçamentárias, lei orçamentaria anual do município de Anchieta/ES do período de 2013 a 2017, bem como documentos fornecidos pela Secretaria de Agricultura, através de informações disponibilizadas pelo Secretário da pasta e toda a equipe da secretaria envolvida no tema, e ainda dados extraídos da Secretária de Finanças do Município de Anchieta/ES.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Plano Plurianual X Lei Orçamentária Anual X Orçamento da Secretaria de Agricultura

Em consulta as leis orçamentarias do Município de Anchieta/Es referente ao período de 2013 a 2017, verifica-se os seguintes valores do orçamento municipal, bem como a Secretaria Municipal de Agricultura:

Exercício	PPA	LOA	Diferença entre o previsto no PPA e aprovado na LOA
2013	138.725.662,12	310.502.123,89	+ R\$ 171.776.461,80
2014	359.123.286,60	359.123.286,60	-
2015	383.512.370,86	338.710.703,82	- R\$ 44.801.667,04
2016	416.239.572,57	278.584.691,29	- R\$ 137.654.881,30
2017	447.457.539,90	274.840.507,27	- R\$ 172.617.032,60

Tabela 1: PPA X LOA X Anchieta/ES

Fonte: PPA e Lei Orçamentária Anual (2013 a 2017)

No planejamento (PPA inicial) estava previsto o exercício de 2013 o valor de R\$

138.725.662,12, foi destinado através da LOA R\$ 310.502.123,89. Observa-se que há uma diferença entre o que foi previsto no PPA para o exercício de 2013 e o que foi realmente aprovado através da Lei Orçamentaria Anual para o mesmo período. Para o exercício de 2014, o valor previsto no PPA foi o mesmo valor executado na LOA, isto é R\$ 359.123.286,60. No exercício de 2015 estava previsto no PPA R\$ 383.512.370,86, foi destinado R\$ 338.710.703,82. Observa-se que nesse exercício (2015) houve uma diferença entre o previsto na PPA e o valor aprovado na LOA de R\$ 44.801.667,04, segundo informação dos responsáveis pelo setor de planejamento essa diferença ocorreu devido há um ajuste de planejamento. O mesmo fato ocorreu no exercício de 2016, o valor previsto no PPA (R\$ 416.239.572,57), foi muito maior do valor estipulado na LOA (R\$ 278.584.691,29). A redução de R\$ 137.654.881,28.

No exercício de 2017, o cenário se repetiu e a redução entre o valor previsto na PPA (R\$ 447.457.539,90) e o valor definido na LOA (R\$ 274.840.507,27) foi de R\$ 172.617.032,63. E, novamente a Secretaria de Planejamento informa que o cenário desfavorável no Brasil e no Município de Anchieta permanece com tendência a redução ainda maior.

No setor público, é uma imposição legal que os orçamentos sempre estejam em conformidade com os planos, assegurando que os meios de realização especialmente os recursos financeiros estejam associados com os objetivos e metas definidos nos planos governamentais. (TCU, 2012, p 11)

Exercício	Orçamento do município (R\$)	Orçamento da secretaria de agricultura (R\$)	Participação no orçamento (R\$)
2013	310.502.123,89	5.388.064,19	1,74%
2014	359.123.286,60	4.108.693,00	1,14%
2015	338.710.703,82	6.842.611,52	2,02%
2016	278.584.691,29	3.567.001,42	1,28%
2017	274.840.507,27	5.000.000,00	1,82%

Tabela 2: Participação da Secretaria de Agricultura no orçamento do Município

Fonte: Lei Orçamentária Anual (2013 a 2017)

Conforme demonstra a tabela 2, valor destinado na LOA para a Secretaria de Agricultura do Município de Anchieta no exercício de 2013 a 2017, teve variação de 1,14% a 2,02% e que a média de investimento é de R\$ 4.981.274,02. O montante maior foi destinado no exercício de 2015 (R\$ 6.842.611,52) e o menor no exercício de 2016 (R\$ 3.567.001,42).

A variação de recursos destinados a agricultura tiveram várias explicações:

entre os exercícios de 2013 e 2014 houve uma falha no planejamento específico para a agricultura (diferença de um ano para outro de R\$ 1.279.371,19); já no exercício de 2015, no momento que o município estava arrecadando muitos impostos, o valor destinado a Secretaria de Agricultura para a execução das políticas públicas foi o maior do período (R\$ 6.842.611,52). No Exercício de 2017, apesar do orçamento do Município ter reduzido em mais de R\$ 50.0000,00 (entre o exercício de 2015 e 2017), os recursos destinados as políticas públicas mantiveram no patamar de R\$ 5.000.000,00, isto é, representando 1,82% do orçamento do município.

4.2 Da Regularização dos agricultores

	Número de Produtores com Inscrição Estadual	Produtores que possuem Bloco de Notas	%
Agricultura	1.001	548*	54%

Tabela 3: Inscrição Estadual e Bloco de Notas

Fonte: NAC Mai /2018

* Produtores que nunca emitiram nota, que emitiram apenas 1 vez ao longo dos anos ou que emitem 1 vez ao ano

A Tabela 3 representa o número de produtores inscritos na Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) e possuem Blocos de produtores rurais, comercializando dessa forma a sua produção.

Observa-se que, dos 1.001 produtores rurais que estão com inscrições ativas junto a SEFAZ, 548 produtores, isto é 54%, possuem blocos de produtor Rural e comercializam a sua produção de forma legalizada.

4.3 Divisão territorial da área urbana e rural do Município de Anchieta

Área total territorial	Urbana	Rural
411,898 km² *	144,250 km ² **	267,648 km ²
	35,02%	64,98%

Tabela 4: Divisão territorial de área urbana e rural

Fonte: * IBGE, 2017

** Plano Diretor Municipal de Anchieta - Lei Complementar nº 13/2006

Analisando a área territorial do município de Anchieta, é possível notar que a área rural (64,98%) é superior a área urbana (35,02%), justificando o grande número de políticas públicas voltadas a agricultura no município de Anchieta, e com isso o volume de recursos destinados a Secretaria de Agricultura.

4.4 Número de população urbana e rural

População	Urbana	Rural
23.902 habitantes	18.161	5.741
	75,98%	24,02%

Tabela 5: População Urbana X População Rural

Fonte: Censo IBGE/2010

Observa-se que, de uma população de 23.902 habitantes, 75,98% vivem na área urbana e 24,02% são moradores da área rural, apesar de observar na tabela 4 que a área rural seja explicitamente maior que a área urbana, a população do Município de Anchieta concentra-se na área Urbana.

4.5 Número de trabalhadores rurais cadastrados na Secretaria Municipal de Agricultura e abastecimento.

População	Trabalhadores rurais	%
23.902 habitantes	2.500	10,45%

Tabela 6: Trabalhadores rurais do município de Anchieta X População total

Fonte: Registro do Secretário de Agricultura e Abastecimento

Conforme registros junto a Secretaria de Agricultura do município de Anchieta, o número de trabalhadores rurais corresponde a 10,45%. Foi observado, durante a coleta de dados que não há informações que comprovem qual é a porcentagem exata da população que vive exclusivamente da agricultura.

4.6 Unidades de trabalho rural

Unidades de trabalho rural (Sítios e propriedades)	Mão de obra exclusivamente familiar	Mão de obra familiar e terceirizada
929	799	130
	86,00%	14,00%

Tabela 7: Unidades de trabalho X mão de obra familiar

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Na tabela 7 observa-se que estão registrados na Secretaria de Agricultura do Município de Anchieta 929 unidades de trabalho no meio rural (sítios e pequenas

propriedades). Observa-se que a maioria da mão de obra utilizada nessas unidades de trabalho são exclusivamente familiar (86,00%), isto é, apenas a família proprietária trabalha na propriedade sem a contratação de terceiros, e apenas 14,00% dessas propriedades possuem relação de trabalho terceirizada.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo principal, apresentar um estudo de caso sobre a administração pública no município de Anchieta/ES no âmbito da agricultura nos exercícios de 2013 a 2017 quanto a destinação, aplicabilidade e controle dos recursos públicos, destinados às políticas públicas desenvolvidas para a agricultura no município, bem como as características específicas de cada uma delas; análise dos recursos orçamentários destinados à secretaria de agricultura; verificação da forma de controle destas Políticas no âmbito da agricultura e a transparência da aplicação dos recursos.

Foram analisados documentos disponibilizados pelos setores de planejamento e contabilidade e, ainda, pela própria Secretaria de Agricultura do município referentes ao orçamento público, onde foram constatados a existência de diversas políticas públicas, controle das mesmas, e investimentos voltados para quem vive exclusivamente ou não desta.

Quanto verificação da forma de controle das Políticas Públicas no âmbito da agricultura, bem como transparência da aplicação dos recursos, estas são realizadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (COMDERS), que tem como função a regulamentação e a fiscalização dos benefícios aos produtores rurais para que haja o fomento do desenvolvimento da agricultura no município, bem como o acompanhamento da aplicação e das ações das políticas públicas desenvolvidas, sendo este, atuante no município, pois é através do COMDERS que é elaborado o plano de ações, afim de discutir coletivamente as necessidades e as demandas do meio rural do Município de Anchieta.

Verificou-se ainda, que o grande número de políticas públicas voltadas à agricultura disponibilizadas pela Gestão Municipal, está provocando uma transferência por parte do agricultor para o município da responsabilidade do custeio de suas atividades e, com isso limitando-se a investir. A SEMAA tem o papel de fomentar e incrementar o investimento, mas o agricultor não deve transferir a responsabilidade deste custeio aos cofres públicos.

Dado todo o exposto, é possível concluir que as políticas públicas têm trazido resultados positivos à população do Município de Anchieta/ES, muito embora os recursos disponibilizados ao orçamento municipal tenham sido reduzidos, os valores previstos para a agricultura se mantiveram trazendo benefícios a todos os

munícipes.

REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo, RISCADO, Priscila MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão 2015, p.16.

ALEXANDRINO, Marcelo, Curso de Direito - Descomplicado, 16ª ed., ver. Atual. São Paulo: Método, 2008, Brasil.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional: Editora Liber Livros: Brasília, 2008, p. 31

BELINOVSKI, Andréia Cristina. Política de Assistência Social: avanços e possibilidades no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Telêmaco Borba/PR, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 23ª ed. rev. e atual até 31.12.2010, Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. Edição Compacta – 3ª. Ed, ver. E atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CONOF - Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira –Câmara dos Deputados, 2016.

COSTA, Claudia dos Santos. Gestão Pública. 1ª Edição, 2017.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 37 n. 5, p. 969-992, 2003.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. Auditoria Contábil: Teoria e Prática. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DE MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 19ª ed. Malheiros Editores, 2005.

DENHARDT Robert. Teorias da Administração Pública. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall. 1984.

GARAY, Ricardo. Guia Gestor Público. 36 Linhas Editora (Editora SIDUS LTDA), 2015.

Geovani Bissa Mariguete. Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento, em entrevista **dia 30 de maio de 2018.** GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de pesquisa Social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 72-73.

<http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cartas-de-servico/execucao-do-plano-da-lavoura-cacaueira/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>

<http://www.mepes.org.br/institucional/nossa-historia>

<http://www.mepes.org.br/nosso-trabalho/efturn>

<http://www.anchieta.es.gov.br/secretaria/ler/8/secretaria-de-agricultura-e-abastecimento>

<http://turismo.anchieta.es.gov.br/portalturismo/pagina/ler/1057/apresentacao>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/anchieta/panorama>

<https://incaper.es.gov.br/assistencia-tecnica-e-extensao-rural>

LACOMBE, Francisco & Heilborn, Gilberto. Administração, Princípios e Tendências. São Paulo: Saraiva, 2003.

LACOMBE, Francisco & Heilborn, Gilberto. Administração Princípios e Tendências. São Paulo: Saraiva, 2006.

LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

Legislação sobre agricultura familiar [recurso eletrônico]: dispositivos constitucionais, leis e decretos relacionados a agricultura familiar / Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. (Série legislação; n. 261 PDF)

Marcos Kneip Secretário Municipal SIDGER - Secretaria de Integração, Desenvolvimento e Gestão de Recursos em entrevista dia 17 de maio de 2018.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução à administração. 5. Ed. São Paulo, Atlas 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo **Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 2011. p. 65.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 28^a ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 32^a Edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2006, p. 75.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 34^a.ed., Malheiros Editores, São Paulo: 2008, p. 89.

MORAES, Anna Maris Pereira de. Iniciação ao Estudo da Administração. 2^a Ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. Coleção Folha Explica, São Paulo: Publifolha, 2011.

RUA, Maria das Graças. Para aprender Políticas Públicas. Vol. 1: Conceitos e teorias, 2013.

SACHS, I.; LOPES C.; DOWBOR, L. Crises e oportunidades em tempos de mudança. Documento de referência para as atividades do núcleo Crises e Oportunidades no Fórum Social Mundial Temático. Jan. 2010.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: Saraiva, 2006

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas, 2005, p. 38.

SEMAA, Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, 2018.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 28º ed. Editora Malheiros. São Paulo, 2007, p. 655.

SOUZA, Celine. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, 2006.

STRAP. Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras de Anchieta e Piúma, 2018.

TCU. Planejamento governamental e gestão orçamentária e financeira - 2.ed./ Tribunal de Contas da União; conteudista: Leonardo Rodrigues Albernaz. – Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1928

VIGNOLI, Francisco Humberto. Planejamento e orçamento público / Coleção Práticas de gestão Editora FGV, 2014.

SOBRE OS ORGANIZADORES

RAISSA RACHEL SALUSTRIANO DA SILVA-MATOS: Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco - UPE (2009), Mestre em Agronomia - Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2012), com bolsa do CNPq. Doutora em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPI (2016), com bolsa da CAPES. Atualmente é professora adjunta do curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (CCAA) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em fitotecnia, fisiologia das plantas cultivadas, propagação vegetal, manejo de culturas, nutrição mineral de plantas, adubação, atuando principalmente com fruticultura e floricultura. E-mail para contato: raissasalustriano@yahoo.com.br; raissa.matos@ufma.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0720581765268326>

HOSANAAGUIARFREITASDEANDRADE: Graduada em Agronomia (2018) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo pela Universidade Federal do Ceará (PPGCS/UFC) como bolsista CAPES. Possui experiência na área de fertilidade do solo, adubação e nutrição de plantas, com ênfase em aproveitamento de resíduos na agricultura, manejo de culturas, propagação vegetal, fisiologia de plantas cultivadas e emissão de gases do efeito estufa. E-mail para contato: hosana_f.andrade@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5602619125695519>

NITALO ANDRÉ FARIAS MACHADO: Possui graduação em Agronomia (2015) e mestrado em Ciência Animal (2018) pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é aluno regular do doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui experiência na área de Engenharia Agrícola, com ênfase em Ambiente e Bioclimatologia, atuando principalmente nos seguintes temas: biometeorologia, bem-estar animal, biotelemetria, morfometria computacional, modelagem computacional, transporte de animais, zootecnia de precisão, valorização de resíduos, análise de dados e experimentação agrícola. E-mail para contato: nitalo-farias@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3622313041986385>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração Pública 1, 2, 3, 12, 13, 259

Adsorção com a casca de soja 168, 171

Agricultura 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 26, 29, 51, 88, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 126, 127, 128, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 145, 148, 149, 152, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 211, 212, 214, 215, 216, 232, 237, 238, 239, 243, 255, 258, 261, 262, 263, 265, 274, 276, 277, 278, 280, 281, 282, 296

Agricultura familiar 2, 5, 6, 7, 14, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 126, 127, 128, 135, 136, 138, 186, 187, 189, 190, 192, 193, 196, 197, 243, 258, 261, 262, 280, 281, 282

Agricultura orgânica 137, 276, 277, 280, 282

Agronegócio 1, 16, 255

Alcoólico 263, 266, 269, 271, 272, 273, 274, 275

Ambiente na conservação 175

Amora-preta 62, 63, 64, 65

Antioxidantes 31, 32, 33, 36, 40, 62, 64, 65, 69

Aplicação de adjuvantes 20

Apreensões 252, 257

Aprendizagem 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251

Aquênios de girassol 79, 82, 85, 87

Arbequina 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

Argentina 140, 152, 186, 187, 189, 198, 199, 200, 215, 216

Artesanos 154, 155, 156, 157, 158

Atividade antibacteriana 43, 45, 46, 47

Atividade antioxidante 42, 49, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 76

Aulas práticas 244, 248

Azeite de oliva 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

B

Bagaço de maçã 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41

Berry 62, 63

Brácteas 50, 51, 52, 53, 54

Buriti 263, 264, 265, 266, 268, 270, 271, 272, 273, 274

Butiá de Santa Vitória do Palmar 154

C

Caracterização química 24, 47, 92

Celíacos 50, 60

Cepas padrão 43, 45
Cinética da secagem 79, 81
Cinética de adsorção 168, 169, 171, 172
Circuitos curtos de comercialização 101
Composição florística 116, 118, 125
Compostos bioativos 20, 62, 63, 64, 65, 69
Compostos fenólicos 31, 33, 36, 38, 52, 56, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 69, 72, 73
Comunidades 107, 124, 142, 155, 214, 230, 232, 240, 277
Cookies 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 50, 51, 58, 60, 61
Corante 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174
Crescimento 38, 47, 93, 94, 95, 98, 160, 161, 162, 167, 180, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 272
Cultivo 42, 61, 88, 126, 128, 129, 131, 133, 135, 199, 241

D

Dianópolis 116, 117, 118, 119, 121, 123
Dimensões econômicas 230, 231

E

Embalagem 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184
Estratégias 4, 16, 17, 115, 118, 187, 230, 231, 232, 241, 256, 259, 281
Estrutura diamétrica 117, 118, 124, 125
Expansão 31, 36, 38, 39, 162, 230, 234, 235, 236, 274
Extensión 139, 186, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 198, 213
Extratos bruto 67
Extrato vegetal 68

F

Fatty acid 284, 287, 288, 292, 293, 295
Fécula de mandioca 42, 50, 52, 55, 58, 59, 60
Feira agroecológica 276, 281
Fermentação 91, 93, 94, 95, 96, 99, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 271, 272, 273
Fermentado alcoólico 263, 266, 273, 274, 275
Fibras 25, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 51, 52, 95, 98, 155, 264, 265
Filocrono 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167
Fiscalização de alimentos 252, 254, 256, 259
Fitoquímica 67, 70, 77
Fitoquímicos 65, 67, 68, 69, 71, 75
Fitossociologia 117, 124, 125
Fragmento de cerrado 116, 119
Fruta tropical 176, 177
Fruteira exótica 176

G

Grape seed 284, 286, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 295

H

Helianthus annuus L. 79, 80, 88

Hylocereus polyrhizus 67, 68, 69, 76, 77, 78

I

Inventário Florestal 218, 224

M

Malaxagem 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28

Matriz Swot 16

Mauritia flexuosa L. F. 263, 265

Mercado local 101, 135, 212

Método de distribuição 16

Metodologias ativas de ensino 244, 246, 247, 248, 249, 250

Metodologias de ensino 244, 245, 246

Microrganismos multirresistentes 43, 44

Modelagem 83, 86, 88, 89, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 296

Modelos de árvore individual 217, 220, 222

Modelos empíricos 218, 220, 221

Monitoria 244, 246, 247, 250, 251

Monogástricos 92

Motivações 126, 127, 130, 133

N

Nephelium lappaceum L. 175, 176, 177, 184

Número de folhas 161, 162, 164, 165

Nutraceutica 62

O

Organización productiva 154

Otimização 30, 60, 79

P

Parâmetros físicos 79

Peletização 92, 95, 96

Percepção discente 244, 246

Perfilhamento 161

Perspectivas institucionais 252, 254, 256, 259

Pitaya vermelha 67, 68, 70, 75
Planejamento Governamental 1, 15
Planta medicinal 43, 45
Políticas forestais 198
Políticas Públicas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 127, 148, 158, 196, 198, 232, 233, 252, 259, 261
Pós-Colheita 25, 79, 80, 81, 82, 88, 175, 176, 177, 180, 184
Produção agroecológica 126, 128, 130, 133, 134, 135, 137, 138
Produção florestal 217, 218, 220, 226, 229, 239
Producción-distribución-consumo 139, 141, 142, 144, 148, 151
Produtos agropecuários 16, 252, 254
Produtos de Origem Animal 252, 255, 257, 258

Q

Qualidade do fruto 25, 176, 177, 182

R

Ração animal 32, 91
Rambutanzeira 175, 176
Recursos orçamentários 1, 2, 12
Região amazônica 276
Relações Ambientais 276
Rendimento 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 80, 102, 160, 161, 176, 178, 179, 180, 184, 273, 285
Resíduos de panificação 91, 92, 96, 97, 98, 99
Resistência antibacteriana 43
Ruminantes 92, 98, 99
Rural 2, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 61, 99, 105, 106, 114, 126, 127, 129, 130, 134, 135, 136, 137, 139, 143, 144, 152, 166, 167, 175, 186, 188, 189, 193, 194, 195, 196, 212, 216, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 252, 255, 260, 261, 282
Ruralidade 230, 231, 232, 233, 234, 237, 241, 243

S

Saberes 186, 190, 191, 192, 196, 238, 240, 260, 261, 276, 277, 278, 279, 281, 282
Saberes ambientais 276, 277, 278, 281, 282
Santa Maria 61, 160, 166, 167, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 262
São Vicente do Sul 160, 161, 163
Savana 117, 118
Sem glúten 50, 58, 59, 61
Sensu stricto 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125
Setor têxtil 168, 169
Sistemas expertos 186, 188, 189, 190, 194, 196
Soma térmica 160, 162, 163, 164, 165, 167

Subproduto 31, 32, 35, 38, 40, 41, 95, 168, 173

Suinocultura 244, 246, 247, 251

Sustentabilidade 7, 126, 128, 133, 134, 136, 138, 230, 231, 234, 240, 243, 280, 282

Swot 16, 17, 18, 19

T

Tangará da Serra 126, 128, 130, 132, 136, 138

Taxa de secagem 79

Temperatura 23, 36, 43, 45, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 95, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 218, 257, 263, 267, 269, 272, 285

Território 2, 7, 44, 117, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 239, 240, 241, 242, 256

U

Ultrasound 21, 29, 30, 284, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 295

Universidade Estadual do Ceará 67, 244, 246

Urbano 130, 143, 149, 152, 194, 230, 231, 234, 235, 237, 239, 241, 242, 243

V

Veterinária 29, 41, 43, 49, 91, 244, 246, 251

Vigilância Sanitária 41, 252, 253, 254, 256, 257, 259, 260, 262

Vitis Vinifera 284, 285, 295

